

# RADAR FEMINISTA



NO CONGRESSO NACIONAL

26 a 30 de outubro de 2020

Estamos às voltas com o [Decreto 10.531](#), publicado nesta terça-feira, 27 de outubro, que institui a “Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031”. Um dos objetivos é “promover o direito à vida, desde a concepção até a morte natural, observando os direitos do nascituro, por meio de políticas de paternidade responsável, planejamento familiar e atenção às gestantes”. O movimento ensaia uma reação para pressionar pela inconstitucionalidade desse decreto e das portarias recentes do Ministério da saúde. [Leia aqui o nosso ALERTA!](#)

Aproveitando o contexto eleitoral, lançaremos uma Edição Especial do Radar Feminista, tratando das eleições municipais e das proposições que tramitam da Câmara e no Senado sobre cotas por sexo e paridade na política. Ainda nesse campo, a [Mandata Juntas Codeputadas](#) (PSOL-PE) entregou ao TRE/PE um manifesto político se posicionando contra ofensiva da Justiça Eleitoral que pretende barrar candidaturas coletivas e em defesa da [PEC nº 379/2017](#), em tramitação na Câmara dos Deputados, que oficializa a existência de mandatos coletivos na esfera legislativa.

Vale a pena também acessar o [Manifesto da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político](#) sobre o processo eleitoral de 2020, lançado na semana passada. No Manifesto a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político provoca as candidaturas deste pleito de 2020 a comprometer-se com o enfrentamento dos desafios relacionados à democratização efetiva do poder. Entre estes, a superação da sub-representação de setores sociais excluídos dos processos decisórios, como trabalhadores/as, as mulheres, as pessoas negras, os povos indígenas, a população LGBTQI+ e as juventudes periféricas.

Por sua vez, colocando lenha nas afirmações do presidente Bolsonaro de que ninguém será obrigado a tomar a vacina contra a covid-19, a deputada Carla Zambelli (PSL/SP) e o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP) apresentaram o [PL 4966/2020](#) que torna crime obrigar alguém a tomar vacina. E isso com o Brasil a caminho dos 5.500 milhões casos e 160 mil mortes.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## Senadora Rose de Freitas resolveu mostrar trabalho e apresentou 7 propostas

No campo da saúde reprodutiva, a senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), apresentou três proposições: [PL 4968/2020](#), que obriga as empresas a disponibilizarem boletim de informação sobre os cânceres de mama e próstata e indicar aos seus empregados a realização de exames para o diagnóstico das referidas doenças; [PL 4996/2020](#), que torna obrigatório que o Poder Público federal disponibilize, no mínimo, um mamógrafo para cada ente federado com mais de noventa mil mulheres; e o [PL 4967/2020](#), que dispõe sobre as atividades da campanha Novembro Azul, de conscientização sobre o câncer de próstata e para a promoção da saúde do homem.

## Mais sete propostas no campo da violência contra as mulheres

No campo do enfrentamento à violência foram quatro propostas: [PL 4970/2020](#), que altera a Lei Maria da Penha para dispor sobre a responsabilidade civil do agressor sobre danos morais e materiais causados à vítima da violência doméstica e familiar; o [PL 4972/2020](#), que altera o Código Penal para tornar imprescritível o crime praticado contra a mulher; o [PL 4973/2020](#) que altera a Lei Maria da Penha para estabelecer que os órgãos de segurança pública deverão publicar mensalmente os dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher; e o [PL 4976/2020](#), que acrescenta o artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para estabelecer multa em favor da empregada em caso de discriminação remuneratória.

[PL 4961/2020](#), de autoria do deputado Geninho Zuliani (DEM/SP), altera a Lei Maria da Penha para estabelecer a possibilidade de monitoração eletrônica do agressor e de utilização do “botão do pânico” pela ofendida nas ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher. [PL 4989/2020](#), de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), cria o Grupo de Apoio às Mulheres vítimas de violência física, psicológica ou moral, vinculado às polícias federal e estaduais e às guardas municipais. E [PL 5016/2020](#), de autoria do deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG), cria mecanismos para prevenir e coibir o assédio sexual contra a mulher no âmbito das instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## É proibido discriminar

PL 5008/2020, de autoria do deputado David Miranda (PSOL/RJ), veda expressamente discriminação baseada na orientação sexual ou identidade de gênero em banheiros, vestiários e assemelhados, nos espaços públicos, estabelecimentos comerciais e demais ambientes de trabalho.

## Mais uma campanha, agora de valorização da mulher e combate à violência

INC 1092/2020 e INC 1091/2020, apresentadas pelo deputado Roberto de Lucena (PODE/SP), sugere a realização de campanha nacional permanente de valorização da mulher e de combate à violência contra a mulher em toda a rede pública e privada de educação.

## Perseguidos? Ou privilegiados?

PL 4986/2020, de autoria do deputado Paulo Bengtson (PTB/PA), institui o Dia Nacional de Combate a Cristofobia. Já o PL 5005/2020, de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), dispõe sobre a prestação de assistência espiritual e religiosa aos pacientes internados em estabelecimentos de saúde pública e privada.

## Elementos estéticos alusivos ao nazifascismo como crime

PL 4974/2020, de autoria do deputado Roberto de Lucena (PODE/SP), altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir entre os crimes que especifica todos os elementos estéticos alusivos ao nazifascismo, bem como os atos de promoção, negação, depreciação, deflexão, inversão, universalização e trivialização do Holocausto Judeu e, ainda, em relação a ele, os atos de abuso, obliteração ou silenciamento da memória e as alusões de equivalência antes da guerra e em tempo de guerra e as alusões de equivalência pós-guerra.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## Impossibilidade de prisão domiciliar para abusadores de crianças e adolescentes e obrigação de repasse de informações

PL 4983/2020, de autoria do deputado Roberto Alves (REPUBLIC/SP), veda a substituição de prisão preventiva por domiciliar aos acusados de crimes tentados contra a dignidade sexual da criança e do adolescente, inclusive qualquer tipo de pedofilia. E PL 4991/2020, de autoria do deputado Felício Laterça (PSL/RJ), sujeita o repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública aos entes da Federação à comunicação dos dados relativos às ocorrências policiais envolvendo criança ou adolescente ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

## Propostas para pessoas com deficiência

PL 4990/2020, de autoria do deputado Marcelo Aro (PP/MG), garante o direito à educação de educandos surdos, surdos cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com deficiências associadas. E PL 5002/2020, de autoria do deputado Léo Moraes (PODE/RO), institui o Núcleo Especializado de Atendimento para as pessoas com deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

## Mais uma proposta trata da violência política contra as mulheres

PL 4963/2020, de autoria da deputada Margarete Coelho (PP/PI), estabelece normas para prevenir, sancionar e combater a violência política contra mulheres ou em razão de gênero. As deputadas Angela Amin – PP/SC (REQ 2603/2020), Norma Ayub – DEM/ES (REQ 2608/2020), Perpétua Almeida – PCdoB/AC (REQ 2607/2020), Érika Kokay – PT/DF (REQ 2609/2020) e Rose Modesto – PSDB/MS (REQ 2618/2020), solicitaram a coautoria da proposta. Na sua justificativa aponta que a violência política contra as mulheres não pode ser analisada isoladamente, pois está articulada a todas as demais formas de discriminação e violência que sustentam a dominação masculina nos espaços de poder. Mas que esta requer, uma tipificação específica que contemple suas singularidades e a legislação vigente para poder oferecer ferramentas jurídicas mais eficientes para prevenir, sancionar e combater esta forma de violência contra mulheres.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## Fortalecimento da agricultura familiar

O deputado Jesus Sérgio (PDT/AC), apresentou a INC 1095/2020, que sugere à Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a implementação de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, proporcionando o acesso à alimentação – de produção orgânica e agroecológica – para o combate à fome no campo, geração de renda para as famílias produtoras e movimentação da economia dos pequenos municípios brasileiros. E a INC 1094/2020, dirigida ao Ministro da Economia, sugere dotação orçamentária na LOA 2021 para a implementação dessas políticas públicas.

## Marcar as ações destinadas às mulheres e crianças para acompanhamento

PLP 248/2020, de autoria da senadora Leila Barros (PSB/DF), cria a obrigatoriedade de se fazer marcações nas ações destinadas às mulheres e às crianças nas Leis Orçamentárias Anuais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para permitir seu acompanhamento.

# VALE A PENA CONFERIR!

## > Cfemea

Cartilha Rodas virtuais de autocuidado e cuidado entre ativistas

## > Folha de São Paulo

Artigo - Opinião: Aliança antiaborto proposta pelos EUA com apoio do Brasil afronta direitos das mulheres

## > Congresso em Foco

Exclusivo: documentos revelam pressão de grupos conservadores por alteração em ato sobre aborto

## > O Tempo

Brasil diverge de demais membros do Mercosul sobre termos como 'crime de ódio'

## > Antra

Nota Pública conjunta em forma de denúncia à população LGBTI+ brasileira e em repúdio a omissão do Estado brasileiro em reunião sobre a proteção das pessoas LGBTI+ junto aos países do MERCOSUL



Radar elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.